

A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NO CONTROLE INTERNO

SEVERINO, Débora Pinto; CAMATA, Edmar Moreira; FERRAZ, Leonardo de Araújo; THOMÉ, Marcela Oliveira (coordenadores). *Mulheres no Controle: tópicos de controle interno sob o olhar das mulheres*. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

Raquel da Silva Pereira¹

Kátia Benvenuto²

O livro *Mulheres no Controle*, resultado de um trabalho de curadoria de artigos produzidos exclusivamente por mulheres, traz relatos e experiências, sob olhar feminino, com ênfase para a área de controle interno, governança e *compliance*. De um modo geral, também são abordadas as dificuldades históricas enfrentadas por mulheres na sociedade, desde o período no qual não tinham direito ao estudo, ao voto e ao trabalho fora do ambiente doméstico; bem como as dificuldades enfrentadas atualmente pelas mulheres em relação ao trabalho, como desigualdade salarial e situações de assédio.

São cerca de 300 páginas que avançam e desenrolam um novelo que, como não poderia deixar de ser, joga luz para a desigualdade e o sofrimento do gênero feminino em relação a conciliar as atividades profissionais com as domésticas, na maioria das vezes um trabalho invisível que, no bojo da sociedade patriarcal, estão condicionadas à dependência do amparo feminino. Utiliza-se aqui o termo sofrimento no sentido de que, em parte, a mulher quer ou sente-se compelida a realizar todas as atividades em detrimento de sua saúde física e mental. Por outro lado, o livro enaltece o trabalho profissional da mulher, sobretudo no contexto de controle interno organizacional.

Sendo assim, pergunta-se: onde está o problema?

São várias e complexas as questões envolvendo a desigualdade entre homens e mulheres. Não à toa, alcançar a igualdade de gênero foi eleito como um dos 17 objetivos para a Agenda 2030 de Desenvolvimento



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: raquelpereira2030@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6656-080X>>.

2 Bacharel em Direito - Universidade Federal de Uberlândia. Chefe do Departamento de Governança Institucional - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. E-mail: katiabenvenuto@hotmail.com; ORCID: <<https://orcid.org/0009-0007-3997-0054>>.

Sustentável das Nações Unidas. O enfrentamento dessa questão aborda a dupla jornada, ao passo que profissionais do gênero masculino conseguem, tradicionalmente, manter o foco praticamente apenas no trabalho e na vida profissional, tendo assim muito mais tempo e condições para desempenhar suas funções profissionais com pouquíssimos desviadores de atenção. Ainda hoje, muitas organizações privilegiam homens na contratação pelo fato de que não engravidam e não ficam afastados em meses de licença maternidade a fim de cuidarem dos filhos recém-nascidos, ato tão necessário ao desenvolvimento humano.

Registre-se outros desafios enfrentados no cotidiano das mulheres, tais como o assédio sexual e moral dentro das organizações onde atuam e a forma como precisam contornar situações triviais para os homens, mas que ainda são tabus para elas.

O livro também menciona a diferença salarial histórica entre homens e mulheres. Dados recentes do IBGE apontam para uma diferença da ordem de mais de 20% entre o salário de um homem em relação ao salário de uma mulher no mesmo cargo, com a mesma formação e desenvolvendo as mesmas funções.

Nesse cenário, treze capítulos são escritos evidenciando a forma de trabalho das mulheres nas organizações, especialmente no que se refere a controles internos. Aborda também o *compliance* de gênero, prevenção, conformidade e soluções encontradas para temas correlacionados.

Em tempos de ESG (*Environmental, Social and Governance*), sustentabilidade, diversidade e equidade que permeiam negócios sustentáveis e responsáveis, os controles internos vão bastante além dos meramente econômicos, pois as questões sociais e ambientais são também relevantes para a sociedade e para a perenidade das organizações.

Nesse sentido, as especificidades das empresas estatais são abordadas ao serem mencionadas nos princípios administrativos previstos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Também são feitas referências à Lei das Estatais, e o avanço que as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mistas puderam observar a partir desse marco legal, com a edição de Cartas de Governança Corporativa, Códigos de Conduta e Integridade e Canais de Denúncias.

Na sequência, o livro menciona o Portal da Transparência dos Estados, a Lei de Acesso à Informação e a Lei das Sociedades Anônimas, reforçando a importância da função social do Estado, que precisa ser cumprida.

Observa-se, portanto, a relevância de as empresas assumirem o papel de responsabilidade social no segmento em que atuam.

Os controles internos, somados aos controles externos e ao controle social devem seguir uma linha que seja convergente com a governança humanizada, aquela que coloca as pessoas no centro da tomada de decisão. O livro aponta que mulheres geralmente têm maior percepção de que o ser humano deve ser privilegiado, em detrimento do lucro a qualquer custo.

Muitos indicadores são citados pelos autores, tais como os do Relatório *Human Development Report* (PNUD), *Mulheres no Trabalho* (OIT), *ONU Mulheres*, *Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero* (CMIG), *Relatório de Estatística de Gênero* (IBGE), *Mulheres no Conselho* (Deloitte), *Women in Business* (Grant Thornton), *Observatório Social* (Santa Catarina), *Open Government Partnership - Governo Aberto* (OGP) são mencionados nesse contexto, evidenciando a importância de se estabelecer metas e o respectivo acompanhamento sobre elas.

O livro traz contribuições relevantes, em leitura fácil para tratar de temas emergentes.

Recebido em fevereiro de 2024.

Aprovado em maio de 2024.